



UNICAMP

POB.12

EVENTO: Jorge Antunes  
Letra do Hino Nacional Brasileiro  
VEÍCULO: O Globo  
DATA: 06 de março de 1988  
PÁGINA: 7  
SEÇÃO: Segundo Caderno



# Um maestro contra o Hino

No texto da nova Constituição o ponto soa como brado retumbante

REGINA GUERRA

Um brado retumbante ecoou, na última terça-feira à noite, no apartamento do modesto e histórico bairro de Santo Cristo, onde se hospeda, no Rio, o maestro Jorge Antunes, professor da Universidade de Brasília. Naquele momento, Antunes recebia, do Distrito Federal, boas novas que iluminavam, como um raio vívido, seu sonho intenso: mudar o Hino Nacional. Entre as várias razões que alega estão expressões como as em grifo, que julga ultrapassadas.

O motivo da euforia do músico não mede mais do que uma fração de milímetro. É um ponto final colocado na nova Constituição exatamente onde ele queria. O artigo 15, no substitutivo, dizia: "...e são símbolos nacionais a Bandeira, o Hino, as Armas da República e o Selo Nacional, já adotados na data da promulgação desta Constituição". Mas na redação aprovada pelo plenário, a frase acaba na palavra "Nacional", com a supressão do "já adotados...", adendo que liquidava com qualquer pretensão de mudança.

Devidamente constitucionalizado, o maestro Antunes, que é doutor em Estética Musical pela Universidade de Sorbonne, ganhou novo alento para conquistar, talvez não com braço forte, mas, ele espera, com a mobilização do "povo heróico", o objetivo da substituição do atual Hino.

— Que a letra do Hino Nacional é ruim, é denúncia que não vem de hoje. O cacófono "herói cobrado" é famoso, assim como a idéia de imobilismo e letargia transmitida pelo verso "deitado eternamente em berço esplêndido". Isso foi escrito na época do simbolismo parnasiano, um estilo ultrapassado. O linguajar foge ao alcance da maioria dos brasileiros (quem sabe o que é "lábaro", ou "fúlgido?") e a construção é gongórica, rebuscada, cheia de formas inversas, que dificultam a compreensão. Poucos entendem que "as margens plácidas do(rio) Ipiranga" é que "ouviram o grito retumbante de um povo heróico", tanto que escrever-se "às margens", com crase, é um erro comum — diz o maestro.

Mais grave, no entanto, para ele, é a ideologia ufanista da letra, encomendada em 1910 pelo Presidente Marechal Hermes da Fonseca ao poeta Osório Duque Estrada. "Este ufanismo guerreiro, super-emocional e violento, é ridículo. É a filosofia do *conosco ninguém podemos*", diverte-se o professor, que, embora não ache a música feia, também advoga sua substituição.

— A melodia tem valor. O problema é a distância entre o que está escrito na pauta e o que é cantado. Os melismos e contornos melódicos



O maestro Jorge Antunes considera a letra do Hino Nacional ultrapassada e de difícil compreensão

da composição são muito difíceis de cantar, levando a que se cometa, musicalmente, "assassinatos" análogos aos que sofre a letra, quando se diz, por exemplo, "margarida" em vez de "mais garrida".

Jorge Antunes lançou a idéia no meio do ano passado, assinando em jornais de Brasília e do Rio artigos onde contava a história do Hino para mostrar que, nos 156 anos desde que foi composto, ele sofreu várias modificações. "Portanto, não se justifica o tabu que o vê como intocável". Sem conseguir, por este meio, como desejava, convencer o Governo, ou qualquer instituição, a patrocinar um concurso público de âmbito nacional para a escolha de um novo hino, o maestro

assumiu, "meio quixotesicamente", como admite, a iniciativa. Talvez desafiando com seu peito a própria morte, lançou o concurso através da imprensa e recebeu, até agora, cerca de 50 poemas — que não fizeram descer muito amor e esperança à terra de Antunes: "quase todos são medíocres", desilude-se.

Este fracasso não afetou o músico. Como bom filho da Pátria, ele não fugiu à luta. Apenas mudou de estratégia, convidando, por carta, vários poetas, inclusive o Presidente da República, a participar. Sarney ainda não respondeu. Affonso Romano Sant'Anna disse que tinha mais o que fazer e Ferreira Gullar também não se entusiasmou. "Eles estão é com medo do desa-

fio", provoca Jorge Antunes, que logrou, no entanto, fazer a cabeça de poetas como Clóvis Senna e Reynaldo Jardim, de Brasília e Hugo Mund, de Florianópolis. Estes, e mais três autores de livros de poesia, vão concorrer com os candidatos menos medíocres pinçados entre os 50 inscritos. A mais decisiva adesão à causa, entretanto, foi a do Deputado Wagner Lago (PMDB-Maranhão), autor da proeza de exclusão do "já adotados" na redação do artigo 15. Os deputados José Genoíno (PT-SP), Arthur da Távola (PMDB-RJ) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), discursaram em favor de Lago. "Foi um apoio suprapartidário", encanta-se Jorge Antunes.

Vinte poemas, selecionados dentre

os concorrentes pelo júri composto por representantes do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal e docentes da UnB, vão ser impressos em posters e ficar em exposição a partir do dia 14 de abril, no hall da Biblioteca da Universidade, onde haverá urnas para que os visitantes votem. A letra vencedora será, então, musicada por Antunes. A primeira apresentação do novo hino será no teatro universitário, pelo coro e orquestra da UnB. A partir daí, o compositor sonha com fúlgida carreira para sua obra: gravação por cantores famosos (ele fará três versões: em ritmo de samba, rock e marcial), execução nos meios de comunicação, e que "o povo o entoe em manifestações políticas". Tamanha glória no passado poderia, almeja o maestro, trazer paz ao futuro da composição, ou seja, a aprovação de lei ordinária cassando o atual hino e oficializando o seu.

A quem argumenta que o processo de seleção, pouco democraticamente restrito ao formoso céu risonho e límpido do Distrito Federal, poderia fazer com que cariocas, paulistas, baianos e demais aliados erguessem da Justiça a clava forte, o promotor do concurso justifica: "Só conto com este raio de ação. Gostaria que o Governo ou a Constituinte promovessem um amplo concurso-festival-plebiscito nacional via Embratel, mas não houve interesse". Por tamanha determinação, há quem considere o Maestro Jorge Antunes um impávido colosso.

■ Se você é poeta e deseja uma chance de entrar para a História, apresse-se: ainda dá tempo de participar do concurso promovido pelo Maestro Jorge Antunes. O regulamento é o seguinte:

- 1º) O poema deve ter apenas duas estrofes.
  - 2º) Não enaltecer o passado.
  - 3º) Não pregar sentimento de isolamento nacional, aludindo a qualidades pretensamente inigualáveis.
  - 4º) Não glorificar supostas invencibilidades e supremacias do nosso povo.
  - 5º) É vedado o uso de vocábulos que evoquem violência e contenham forte carga emocional, tais como: matar, esmagar, sangue, triunfar, guerra, armas etc.
- As letras devem ser enviadas para o Maestro Jorge Antunes, Departamento de Música da Universidade de Brasília, 70910, Distrito Federal.

## As muitas e velhas letras

A música do Hino Nacional foi composta provavelmente (os historiadores divergem) em 1831, pelo maestro Francisco Manuel da Silva, compositor da corte do Primeiro Império. Alguns musicólogos afirmam que o tema principal foi tirado de um estudo para cravo do Padre José Maurício Nunes Garcia que, por sua vez, o extraiu da ópera "O Barbeiro de Sevilha", de Rossini. A primeira letra, do Desembargador Ovídio Saraiva, escrita, sem dúvida, naquele ano da abdicação, sob o título "Hino ao Grande e Heróico Sete de Abril", saudava a saída de Dom Pedro I do poder. Era agressivamente antilusitana e não se encaixava a contento na música. Tantas foram as críticas que Saraiva fez nova letra, em 1834. É mais outra em 1841, ano da maioridade do Imperador. A composição passou a chamar-se "Hino à Coroação". Exaltava Dom Pedro II e foi cantada durante todo o Segundo Império.

Com a Proclamação da República, tal letra, evidentemente, caiu em desgraça. Deodoro da Fonseca ordenou que o Hino fosse executado apenas instrumentalmente, sem letra. O povo, então, começou a cantar: "Laranja da China, laranja da China, laranja da China/abacate, limão doce e tangerina", palavras que cabiam na música talvez com maior perfeição do que todos os poemas anteriores. O Governo resolveu escolher novo hino. A letra foi encomendada a Medeiros de Albuquerque, da Academia Brasileira de Letras e decretou-se concurso público para selecionar a melodia. Concorriam Alberto Nepomuceno e Francisco Braga, maestros jovens e Leopoldo Miguez, mais velho e diretor do Instituto Nacional de Música, que venceu. Imprensa e opinião pública denunciaram "marmelada", acusando Miguez de ter contratado, às vésperas do concurso, dois dos jurados para professores da entidade (atual Escola de Música da UFRJ).

Depois de todo o "quiprocó", a letra de Albuquerque obteve unanimidade nacional — de desgosto. Todos detestaram, inclusive Deodoro da Fonseca. Ao mesmo tempo, jornais influentes na época ("Jornal do Commercio" e "O Paiz"), a Marinha e setores intelectuais faziam campanha pela manutenção da velha melodia monarquista, já tradicional e querida por todos. O novo hino ficou sendo o da República (Seja um pálio...) e o antigo permaneceu. Seguiram-se 20 anos de "laranja da China", até que em 1910, o Presidente Marechal Hermes encomendou a Osório Duque Estrada a letra atual. Durante todo este período, o Hino Nacional era por consenso — o primeiro decreto oficializando-o foi baixado por Epitácio Pessoa, em 1922, por ocasião dos festejos do centenário da Independência.